



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

OFÍCIO Nº 2379/2023/ASPAR/GM

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação nº 2584/2023, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto.

Senhor Deputado,

1. Reporto-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 432, de 31 de outubro de 2023, que encaminha o Requerimento de Informação nº 2584/2023, de autoria do Deputado Capitão Alberto Neto, que requer informações a respeito da criação do Grupo de Trabalho para destravar a BR-319.

2. Isto posto, passo aos esclarecimentos.

3. Conforme registrado no expediente encaminhado à esta Pasta, foram formulados pelo parlamentar os seguintes quesitos:

" 1) Qual o motivo da demora para publicação do decreto de instituição do GT?"

2) O que falta para ele ser publicado?"

3) Em que fase se encontra o decreto?"

4) Quando ele será publicado?"

5) Quais ministérios farão parte?"

6) Qual será o tempo de duração?"

4. Preliminarmente, vale mencionar que a BR-319 é uma rodovia diagonal, que interliga Manaus/AM e Porto Velho/RO, com 877,4 km de extensão, constituindo-se como um eixo importante de integração regional entre o Estado do Amazonas e os Estados de Rondônia e do Acre. O segmento em questão abrange 22 municípios localizados na região dos rios Madeira e Purus, região de rica biodiversidade e densamente vegetada.

5. Sua implantação ocorreu na década de 70, mas ao longo dos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2369581>

Ofício 2379 (7816153)

SEI 50000.031660/2023-13 / pg. 1

2369581

anos a rodovia sofreu diversos episódios de fechamento, seja em função das chuvas ou das dificuldades de manutenção, demandando grande esforço humano e financeiro do DNIT, a fim de assegurar a trafegabilidade. Ressalto que, na atualidade, cerca de 457 km de extensão rodovia ainda não estão pavimentados, o trecho popularmente conhecido como “Trecho do Meio”.

6. Ao longo das duas últimas décadas o Governo Federal tem envidado esforços no sentido de repavimentar a BR-319, porém tem enfrentado muitas dificuldades em razão do processo de licenciamento ambiental e questões judiciais.

7. Tal situação tem gerado grandes transtornos para os usuários, notadamente no período chuvoso, quando a rodovia fica intransitável. Diante desse cenário, a retomada da pavimentação da BR-319 é uma diretriz do atual Governo e constitui-se como ação estruturante do Ministério da Infraestrutura, o que beneficiará milhões de pessoas na região, e notadamente em Manaus, que passará a ter acesso pavimentado ao restante do país. A pavimentação vai proporcionar mais segurança e redução no tempo de viagem aos usuários, uma vez que as alternativas à rodovia são o transporte por barco ou avião.

8. Destaco que o Ministério dos Transportes, em atenção ao comando do Presidente da República, tratou de iniciar as tratativas acerca da melhor fórmula para a instituição de um Grupo de Trabalho que pudesse se debruçar sobre a questão, com a atenção que merece, a fim de buscar soluções. E, em articulação com a Casa Civil da Presidência da República, chegou-se à conclusão de que o aludido GT deveria ser instituído por meio de Portaria do Ministério dos Transportes

9. E, deste modo, considerando a importância da rodovia na vida de milhões de pessoas, é que foi publicada, em 17 de novembro de 2023, na edição nº 218 do Diário Oficial da União (D.O.U.), a PORTARIA Nº 1109, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, que instituiu o Grupo de Trabalho que tem como objetivo principal de avaliar a otimização da infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à mudança do clima no corredor de transporte de que faz parte a BR-319, que liga Manaus-AM a Porto Velho-RO.

10. O mencionado GT terá competências diversas, tais como, realizar levantamento sobre a situação atual da Rodovia BR-319, com base em estudos técnicos e científicos existentes, com foco na identificação de potenciais problemas relacionados à otimização da rodovia; considerar nos trabalhos do GT BR-319, a análise de estudos, projetos, relatórios de outros grupos, que já tenham tratado do tema; propor, se viável, medidas, inclusive normativas, para melhoria da infraestrutura da Rodovia BR-319, que promovam a sustentabilidade e a segurança viária e mitiguem os impactos ambientais e de mudança do clima na área de influência da rodovia; e consultar os órgãos governamentais e demais partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para discutir e avaliar as propostas apresentadas.

11. Acerca de sua composição, ficou definido que o GT será composto de representantes do Ministério dos Transportes e de suas vinculadas, a saber, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a empresa INFRA S.A., sem prejuízo de que se efetuem consultas outros atores governamentais para manifestação sobre assuntos



relacionados às suas áreas de competência, incluindo-se os entes subnacionais em que se localiza o eixo da rodovia BR-319.

12. Quanto ao prazo de funcionamento do aludido GT, este será de 90 (noventa dias), podendo ser prorrogado por igual período, e suas reuniões ordinárias ocorrerão a cada 20 (vinte) dias.

13. Ao final dos trabalhos, o GT-BR-319 apresentará ao Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, relatório sobre os trabalhos realizados e as propostas de encaminhamento, contendo alternativas de soluções para os problemas identificados.

14. Por fim, reafirmo que esta Pasta, no âmbito de suas competências, permanece à disposição.

Anexos

- I - Requerimento de Informação nº 2584/2023 (SUPER 7677982);
- II – Extrato de Publicação – Portaria nº 1109/2023 (SUPER 7808580).

Atenciosamente,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Ministro de Estado dos Transportes



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Ministro de Estado dos Transportes**, em 01/12/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7816153** e o código CRC **27773526**.



Referência: Processo nº 50000.031660/2023-13



SEI nº 7816153

Esplanada dos Ministérios, Bloco R - 6º andar - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: (61) 2029-7007 / 7051 - www.infraestrutura.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivoTeor/2369581>

CRCO 2379 (7816153)

SEI 50000.031660/2023-13 / pg. 3

2369581



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Renan Filho, informações a respeito da criação do Grupo de Trabalho para destravar a BR-319.

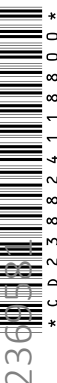
Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero seja encaminhado ao Ministro de Estado dos Transportes, Senhor Renan Filho, informações a respeito da criação do Grupo de Trabalho para destravar a BR-319.

- 1) Qual o motivo da demora para publicação do decreto de instituição do GT?
- 2) O que falta para ele ser publicado?
- 3) Em que fase se encontra o decreto?
- 4) Quando ele será publicado?
- 5) Quais ministérios farão parte?
- 6) Qual será o tempo de duração?

Justificativa

A BR-319, como já falado inúmeras vezes, corresponde a uma importante rota na região e, mesmo assim, não há nenhum indício por parte do governo de resolução do problema e melhora da situação. A rodovia é um importante corredor de exportação, com o objetivo de integrar o Brasil de Norte a Sul, porém, até hoje, segue sem sua conclusão por omissão de Governos pouco preocupados com seu desenvolvimento. Essa deficiência logística é um fator limitativo da infraestrutura econômica, principalmente, na Região Norte. De forma recorrente, todos os anos, a população sofre com o isolamento e todas as consequências do mesmo.



Há dois meses, em 3 de agosto, o presidente Lula anunciou que criaria um Grupo de Trabalho para analisar a viabilidade econômica e ambiental da BR-319 e até o momento não há sinal de criação do referido GT.

O estado do Amazonas enfrenta a maior seca já registrada em sua história, causando isolamento e dificuldade de acesso em inúmeras regiões do estado. Essa situação é agravada quando levamos em consideração a ausência de ligação terrestre por meio da BR-319. É preciso que haja uma solução rápida para esse problema a fim de que a população não seja ainda mais prejudicada pela falta de compromisso do governo.

Assim, encaminho o presente requerimento para que o Ministério responda o motivo da demora na publicação do decreto de instituição do Grupo de Trabalho bem como os detalhes que permearão o mesmo. A BR-319 é uma necessidade urgente do Norte do Brasil que precisa ser uma prioridade.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 23 de outubro de 2023

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM



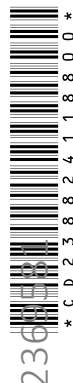
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238824118800>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3000ArquivoTeor=2369581>

Assinado por: Capitão Alberto Neto (PL/AM) em 23/10/2023 (1677552)

SEI 50000.031660/2023-13 / pg. 5



236
* C D 2 3 8 8 2 4 1 1 8 8 0 0 *

Ministério dos Transportes**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.109, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023**

Portaria D.O.U. nº 218
Em 17/11/2023, Seção 1
pág. 75.
ASSAD/MT

Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar estudos e propostas que promovam a otimização da infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à mudança do clima no corredor de transporte de que faz parte a BR-319.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 47, incisos I, III e VI, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, no art. 1º, parágrafo único, incisos I e II, do Anexo I do Decreto nº 11.360, de 12 de janeiro de 2023, e com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.031349/2023-66, resolve:

Art. 1º Fica instituído, por esta Portaria, o Grupo de Trabalho da Rodovia BR-319, doravante denominado GT BR-319, que terá como objetivo principal de avaliar a otimização da infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à mudança do clima no corredor de transporte de que faz parte a BR-319, que liga Manaus-AM a Porto Velho-RO, com cerca de 918 km de extensão, de acordo com o Sistema Nacional de Viação.

Art. 2º O GT BR-319 terá as seguintes competências:

I - realizar levantamento sobre a situação atual da Rodovia BR-319, com base em estudos técnicos e científicos existentes, com foco na identificação de potenciais problemas relacionados à otimização da rodovia;

II - considerar nos trabalhos do GT BR-319, a análise de estudos, projetos, relatórios de outros grupos, que já tenham tratado do tema, especialmente, as conclusões do grupo instituído pela Portaria MMA nº 295/2008;

III - propor, se viável, medidas, inclusive normativas, para melhoria da infraestrutura da Rodovia BR-319, que promovam a sustentabilidade e a segurança viária e mitiguem os impactos ambientais e de mudança do clima na área de influência da rodovia; e

IV - consultar os órgãos governamentais e demais partes interessadas, incluindo a sociedade civil, para discutir e avaliar as propostas apresentadas.

Parágrafo único. O GT deverá levar em consideração nas análises a serem efetuadas as políticas e ações relacionadas à Rodovia BR-319 entre os demais ministérios e órgãos envolvidos.

Art. 3º O GT-BR-319 será composto por representantes das seguintes unidades do Ministério dos Transportes e de suas entidades vinculadas:

I - Subsecretaria de Sustentabilidade, da Secretaria Executiva;

II - Subsecretaria de Fomento e Planejamento, da Secretaria Executiva;

III - Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário;

IV - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; e

V - Infra S.A.

§ 1º Compete à Subsecretaria Sustentabilidade, coordenar as atividades e prestar o apoio técnico e administrativo ao GT BR-163.

§ 2º Compete à Subsecretaria de Fomento e Planejamento, da Secretaria Executiva, a relatoria dos trabalhos do GT BR-163.

§ 3º O GT poderá consultar outros atores governamentais para manifestação sobre assuntos relacionados às suas áreas de competência, incluindo-se os entes subnacionais em que se localiza o eixo da rodovia BR-319.

§ 4º Os dirigentes dos órgãos e entidades de que tratam os incisos do caput indicarão o à coordenação do GT BR-319, os respectivos representantes, sendo até 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

§ 5º A participação no GT BR-319 será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º O quórum mínimo para as reuniões do GT BR-319 será de metade dos seus membros.

§ 7º Possíveis despesas incorridas pelos membros e convidados do GT BR-319, em virtude do desempenho de suas atividades, serão processadas e custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades de exercício.

§ 8º A coordenação do GT BR-319, poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados de notório conhecimento especializado, para participar de suas reuniões.

§ 9º Para atendimento ao objetivo e às atribuições do GT BR-319, poderão ser firmados acordos de cooperação com organismos internacionais, por intermédio dos órgãos que compõem o colegiado.

Art. 4º O prazo de funcionamento do GT-BR-319 será de noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 1º O GT-BR-319 reunir-se-á ordinariamente a cada vinte dias, ou, extraordinariamente, por convocação da coordenação.

§ 2º Os membros e convidados do GT-BR-319 que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros e convidados que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 5º Ao final dos trabalhos, o GT-BR-319 apresentará ao Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, relatório sobre os trabalhos realizados e as propostas de encaminhamento, contendo alternativas de soluções para os problemas identificados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO**PORTARIA Nº 1.068, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2023**

Institui o Programa Parceiros do Bom Condutor, destinado a conceder benefícios aos condutores cadastrados no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I, III e V do art. 19 e o art. 268-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e o art. 8º da Resolução CONTRAN nº 975, de 18 de julho de 2022, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.009435/2022-10, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui o Programa Parceiros do Bom Condutor, destinado a conceder benefícios aos condutores cadastrados no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), disciplinado pela Resolução CONTRAN nº 975, de 18 de julho de 2022.

Art. 2º Os órgãos e entidades públicos e as empresas privadas que tiverem interesse em aderir ao Programa Parceiros do Bom Condutor poderão oferecer benefícios a condutores cadastrados no RNPC.

§ 1º Os interessados que aderirem ao programa de que trata esta Portaria receberão o selo "Parceiro do Bom Condutor".

§ 2º Os benefícios oferecidos são de responsabilidade do parceiro cadastrado no programa de que trata esta Portaria.

Art. 3º Os órgãos e entidades públicos interessados em participar do Programa Parceiros do Bom Condutor deverão encaminhar ofício ao órgão máximo executivo de trânsito da União manifestando a vontade em aderir ao programa e se comprometendo a disponibilizar link com as informações sobre os benefícios que serão ofertados.

Art. 4º As empresas privadas interessadas em participar do Programa Parceiros do Bom Condutor deverão acessar o Portal de Serviços da SENATRAN, realizar login com o e-CNPJ e solicitar a respectiva participação, indicando:

I - razão social;

II - nome comercial;

III - e-mail;

IV - telefone; e

V - link direcionando à página de benefícios a serem ofertados.

Parágrafo único. A solicitação será analisada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União e, caso aprovada, será publicada junto à lista de empresas Parceiros do Bom Condutor no Portal de Serviços da SENATRAN e no aplicativo da Carteira Digital de Trânsito.

Art. 5º Os participantes que não cumprirem os benefícios anunciados terão o nome removido da lista de que trata o parágrafo único do art. 4º.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADUALDO DE LIMA CATÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS****DECISÃO SUPAS Nº 791, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023**

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.343863/2023-19, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015, implica renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DE BARROS SAMÔR

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
NANDOTUR AGENCIA DE TURISMO E TRANSPORTE LTDA	008304	51.600.904/0001-99
NOSSO RIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA	008305	52.643.003/0001-47
ONDEVOU TURISMO LTDA	004438	23.899.186/0001-68
OZIAS ANGELO FERREIRA TRANSPORTES LTDA	002424	32.782.869/0001-21
STYLLO UP AUTO LOCADORA LTDA	350838	16.423.037/0001-62
T Y JERONIMO E SILVA LTDA	008306	13.804.874/0001-43
TRANSPORTES PARASOL TUR LTDA - ME	439817	12.827.700/0001-33
TRANSRENASCER TRANSPORTES LTDA	008307	06.338.079/0001-41
V&C TOUR AGENCIA DE TURISMO E TRANSPORTE LTDA	008308	45.545.722/0001-60
VALE DO IGUACU TRANSPORTES LTDA	008309	08.248.339/0001-13

DECISÃO SUPAS Nº 792, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em concordância com o art. 3º e o inciso XIV do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.338895/2023-94, decide:

Art. 1º Extinguir, mediante renúncia, o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 00.1086, concedido à RCA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., CNPJ nº 19.764.585/0001-44.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DE BARROS SAMÔR

DECISÃO SUPAS Nº 793, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.340191/2023-81, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015, implica renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DE BARROS SAMÔR



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0515202311700075

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoArquivo=2369581>